

NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECÍFICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANÁLISE DE CASO NO ENSINO FUNDAMENTAL

SPECIFIC EDUCATIONAL NEEDS IN COUNTRY EDUCATION: CASE ANALYSIS IN ELEMENTARY EDUCATION

Autora¹ Beatriz Celestina de Lima Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
blima2541@gmail.com

Autora² Miranilde Oliveira Neves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
miranilde.oliveir@ifpa.edu.br

Autor³ Claudia do Socorro Azevedo Magalhães

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
claudia.magalhaes@ifpa.edu.br

Área Temática IV: (EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS)

Modalidade: Resumo Expandido

1. Introdução

A educação inclusiva é evidenciada na legislação brasileira, haja vista que o processo de inserção do aluno com deficiência na escola regular avançou consideravelmente com políticas públicas que favorecem as práticas inclusivas. Este trabalho tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas em uma escola do campo, na inserção de duas alunas com necessidades educacionais específicas e traz um texto, cujo conteúdo refere-se às percepções da discente na disciplina Estágio Supervisionado I, no curso superior de Licenciatura em Educação do Campo.

O acesso de estudantes com deficiência à educação, garantido na legislação brasileira, alicerçada nos documentos internacionais, resultantes de acordos mundiais, fundamentam marcos para o processo de inclusão. Dessa forma, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, no Artigo 205, garante que a educação é direito de todos os cidadãos e dever do estado e da família. Bem como, em seu Artigo 206, inciso I, assegura a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), a Constituição de 1988 prevê (Artigo 208, inciso III) que este deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

Por sua vez, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96 – traz um capítulo inteiro dedicado à Educação Especial - Capítulo V. Entre outras definições, possibilita a flexibilização do currículo, métodos e recursos para atender às necessidades educacionais específicas do educando (Brasil, 1996).

O referido estágio foi realizado na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental de Itabocal, em Irituia no Estado do Pará, em uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental, Anos Finais para alunos com faixa etária entre 10 a 14 anos, dentre estes, duas alunas com necessidades educacionais específicas (surdez e deficiência intelectual), ambas realizam acompanhamento duas vezes na semana na sala do AEE e são auxiliadas pelo PAE (Profissional de Apoio Educacional) na sala regular.

Desse modo, foi observado como é trabalhado a inclusão na escola, que segundo Sasaki (1999, p. 12) “é um processo por meio do qual as instituições de ensino se adaptam para poderem incluir, em seus ambientes pessoas com deficiências e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis nesses ambientes”. De acordo com esse conceito, “para incluir os alunos com deficiências no ambiente social da sala de aula, as práticas educacionais devem ser alteradas no sentido da valorização da heterogeneidade humana, o que implica a aceitação individual de todos os alunos de acordo com suas condições pessoais” (Buzetti, 2014, p. 1).

Este texto abordará ações observadas pela discente na escola, como : a) Execução de atividades da docente com a turma, na qual as alunas com deficiência não são incluídas ; b) Produção de atividades distintas para as alunas com deficiência; c) Profissional de Apoio Educacional com pouca formação específica para atender as alunas.

2 Metodologia

O presente texto descreve a experiência da discente na disciplina Estágio Supervisionado I realizado na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental de Itabocal, Irituia no Estado do Pará. Esta experiência ocorreu em uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental, Anos Finais, onde a estudante teve oportunidade de interagir com duas alunas com necessidades educacionais específicas (surdez e deficiência intelectual). Durante o estágio, a discente por meio de observações acompanhou todas as atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula com as referidas alunas. Entre as atividades observadas, incluíram-se , exercícios de fixação dos conteúdos que estavam sendo trabalhados e sessões de Atendimento Educacional Especializado (AEE), dedicadas especificamente ao suporte e à aprendizagem desses estudantes.

A discente dedicou-se a realizar anotações detalhadas sobre as metodologias empregadas nas aulas, com o objetivo de fazer uma análise posterior dessas estratégias pedagógicas. Em um momento subsequente do estágio, foi-lhe concedida a oportunidade de assumir a regência da classe sob a supervisão da professora responsável. Neste contexto, a discente aplicou uma atividade educativa específica, o que permitiu uma avaliação prática de sua didática. Esse exercício serviu não apenas para observar o desenvolvimento de suas competências docentes, mas também como um momento significativo de reflexão e de problematização das teorias estudadas em consonância com a prática pedagógica vivenciada.

Figura 01 – Escola EMEIF de Itabocal, Irituia/Pa



Fonte: imagem retirada da rede social da escola

2. Resultados/Discussões

Durante o período de estágio supervisionado no momento de regência, a discente organizou uma atividade em grupo focada em perguntas e respostas para incentivar a interação entre as alunas e a turma, destacando a importância do trabalho em grupo e a inclusão das duas alunas nesta dinâmica. Foi notável o cuidado e a empatia da turma, que se esforçou para fazer as alunas se sentirem parte do grupo, auxiliando-as e celebrando cada progresso. Além disso, outro aspecto enriquecedor foi a oportunidade que a discente teve de usar a língua de sinais para interagir com a aluna surda, que estava engajada em uma atividade para reconhecer o alfabeto manual. A discente pôde, então, auxiliá-la efetivamente nessa tarefa.

Embora as alunas estejam matriculadas em uma sala de aula regular, notou-se que a docente responsável enfrentou dificuldades para integrá-las às atividades propostas, apesar da presença de uma Profissional de Apoio Educacional (PAE) destinada a oferecer suporte. A referida docente

demonstrou falta de preparo no trato com as discentes que possuem necessidades educacionais específicas, resultando no isolamento dessas alunas em relação ao restante da turma. Esta problemática transcende o que está prescrito na legislação, abordando a essencialidade de fazer com que o estudante se sinta verdadeiramente parte daquele ambiente educacional.

O papel do professor, atuando como mediador entre o aluno e o conhecimento, é fundamental no processo de superar as barreiras que limitam o progresso de estudantes com necessidades educacionais específicas em suas dimensões humana, afetiva, social e intelectual. É imprescindível que o educador crie conforme salienta Farfus (2008):

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático. (Farfus, 2008, p. 30).

Além disso, observou-se que a escola está em um processo contínuo de adaptações. Somente a partir de 2013, com a recepção de recursos federais provenientes do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), foi possível adaptar uma sala multifuncional. No entanto, esta sala, equipada com apenas um profissional especializado, não consegue atender à demanda, que é significativa e composta majoritariamente por alunos oriundos de escolas anexas, superando a capacidade de suporte tanto para professores quanto para alunos.

A legislação brasileira, por meio do Decreto 7.611/2011 e da Lei 13.146/2015, enfatiza a importância de práticas pedagógicas inclusivas e da oferta de formação continuada para professores no atendimento educacional especializado. No entanto, ainda se observa na escola uma lacuna na capacitação dos profissionais de educação, incluindo professores adjuntos e Profissionais de Apoio Educacional (PAE), para trabalhar adequadamente com alunos com necessidades educacionais específicas.

Outro aspecto que foi observado, durante a regência da docente, relacionado à dinâmica da turma com as duas alunas com necessidades educacionais específicas. Percebeu-se que há uma exclusão, uma vez que os alunos pouco ou não interagem com essas discentes. Diante dessa situação, é fundamental que a escola, juntamente com seu corpo docente e pedagógico, desenvolva metodologias e práticas pedagógicas voltadas para a inclusão dessas alunas. O objetivo é evitar que situações de exclusão se tornem corriqueiras.

O conhecimento para trabalhar com alunos com deficiência não deve se dar apenas por alguns profissionais da educação, como os professores, mas preferencialmente por toda a equipe escolar que mantém contato ou participa, mesmo que de forma indireta do cotidiano da criança com deficiência. Porém, infelizmente, ainda há muitos profissionais que não estão familiarizados com o assunto. Isso ocorre devido ao fato de o atendimento do aluno com deficiência, preferencialmente na rede regular, ser determinação privilegiada dos últimos anos e também da ausência de acesso a tais conhecimentos por muitos profissionais formados pelo magistério (Prieto, 2006)

A educação, portanto, deve ser concebida levando em conta princípios éticos, estéticos e políticos, fundamentada em um ideal democrático, o que implica uma profunda reflexão sobre as práticas educativas e a formação docente no contexto da educação inclusiva.

3. Considerações

A Educação inclusiva na escola do campo apresenta-se como um desafio significativo, em virtude de as escolas originalmente não serem projetadas para acolher as diversidades existentes. Torna-se imperativo que tanto a sociedade quanto o ambiente escolar desenvolvam espaços reflexivos e estratégias de trabalho que propiciem uma nova perspectiva sobre as práticas educativas. Nesse contexto, a formação pedagógica dos professores deve ser fundamentada numa pedagogia da diferença, abrangendo aspectos essenciais como os saberes, as competências e as atitudes.

Como está descrito no Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 em seu Art 5º. § 2º o , que se refere ao apoio técnico e financeiro para a formação profissional contempla as seguintes ações: III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais (Brasil, 2011).

A inclusão se faz a partir do trabalho coletivo, juntando percepções e compartilhando modos de agir. Não é um caminho fácil porque ainda estamos a passos lentos quando se trata da elaboração da inclusão, elaborar formas, conceitos e possibilidades, são grandes as dificuldades a serem superadas.

Falar de inclusão é falar nas práticas pedagógicas que envolvem todo o corpo docente da escola, a família, o aluno e a comunidade onde este aluno está inserido. Buscar conhecer as

possibilidades dos alunos com necessidades específicas e não fechar o que limita, acredita-se ser fundamental o trabalho com o professor de sala de recurso. Com isso, é importante sempre abordarmos a inclusão escolar no âmbito do conhecimento mais significativo para cada realidade vivenciada. Entender melhor o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a proposta de inclusão escolar.

A experiência adquirida pela discente foi de suma importância para seu desenvolvimento como futura docente, pois revelou o quão é necessário ter compromisso com a melhoria das condições de inclusão nas escolas, salientando a necessidade de ações imediatas para enfrentar os desafios, sem aguardar por condições perfeitas.

Ficou evidente que a inclusão vai além de simplesmente aceitar diferenças; requer adaptações ao ritmo individual de cada aluno, buscando sua integração ativa no processo educacional. Para uma inclusão eficaz, é essencial reconhecer as limitações individuais dos alunos e desenvolver estratégias adequadas para seu avanço, o que pode incluir a implementação de novos recursos e métodos de avaliação. Além disso, a experiência destacou a importância da participação da família e do envolvimento de toda a comunidade escolar, promovendo uma abordagem ética e profissional para alcançar resultados positivos para todos os envolvidos.

Portanto, a realização de uma escola inclusiva é viável, sendo essencial que o professor promova ativamente a inclusão de alunos com deficiência, adaptando suas aulas para práticas inclusivas e criando oportunidades de integração para todos os educandos. Isso inclui adaptar atividades para facilitar a participação e adaptação de alunos com deficiência. Além disso, é crucial destacar a importância da implementação efetiva das políticas públicas de inclusão, integrando a teoria prevista na legislação brasileira com as práticas educacionais cotidianas, representando um progresso significativo rumo a uma escola verdadeiramente igualitária.

4. Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/CON1988.shtm. Acesso em: 15 de mar. 2024

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 de mar. 2024

BRASIL. Decreto Presidencial 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 15 de mar. 2024

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015. Acesso em: 15 de mar. 2024

BUZETTI, Miryan Cristina. Inclusão do aluno Deficiente Visual: relato de uma prática possível. 2014. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.inclusao-do-aluno-deficiente-visual-relato-de-uma-pratica-possivel/56563>. Acesso em: 25 de jan. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa, e **PRIETO,** Rosângela Gavioli. Inclusão Pontos e contrapontos: São Paulo: Summus, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. 2009.. Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA editora, 1999.

MINETTO, M. F. O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.